

OFICINA 2

GUIA DE TRABALHO

Mapeamento de áreas de risco para as mulheres e proposição de políticas de segurança para os espaços públicos



**PROJETO
MUNICÍPIOS SEGUROS
E LIVRES DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES**



Projeto financiado
pela União Europeia



Projeto executado
pela CNM

OFICINA 2

GUIA DE TRABALHO

Mapeamento de áreas de risco para as mulheres e proposição de políticas de segurança para os espaços públicos



**PROJETO
MUNICÍPIOS SEGUROS
E LIVRES DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES**



Projeto financiado
pela União Europeia



Projeto executado
pela CNM

© 2015. Todos dos direitos reservados à Confederação Nacional de Municípios – CNM.

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta obra é de responsabilidade única da CNM e não reflete necessariamente a visão da União Europeia.

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Realização
Confederação Nacional de Municípios – CNM

Apoio
Delegação da União Europeia no Brasil

Presidente da CNM
Paulo Ziulkoski

Diretor-Executivo
Gustavo Cezário

Coordenação do Projeto
Denise Messias
Giane Boselli
João Pedro Kaempf

Assistente de Projeto
Camila Pacífico

Assessoria Internacional
Alyne Cristina Lumikoski
Helvisney Cardoso
Tatiane de Jesus

Agentes Locais
Samiris Andrade Freitas Silva
Marcely Bezerra de Souza

Elaboração do Guia
Giane Boselli

Revisão de Texto
Keila Mariana de A. O. Pacheco

Projeto Gráfico e Diagramação
Themaz Comunicação

Fotos
Banco de imagens

Ficha Catalográfica

Guia de Trabalho Oficina 2: Mapeamento de áreas de risco para as mulheres e proposição de políticas de segurança para os espaços públicos. /Confederação Nacional de Municípios – CNM – Brasília: CNM, 2015.

[24 p.]

1. Auditorias de segurança das mulheres 2. Políticas públicas 3. Violência contra as mulheres. I. *Título: Guia de Trabalho Oficina 1: Ferramentas para a Promoção de Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres.*



Apresentação

Este material faz parte de uma série de Guias de Trabalho do Projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres, implementado pela Confederação Nacional de Municípios, com o apoio da União Europeia.

A Oficina 2 dará continuidade ao tema relacionado à segurança das mulheres nos espaços públicos e à metodologia das auditorias de segurança das mulheres, oferecendo conhecimentos mais aprofundados sobre o planejamento urbano sob a perspectiva de gênero e sobre todas as fases a serem seguidas para a realização completa das auditorias nos Municípios Parceiros dos dois Grupos de Trabalho.

Quais os principais objetivos dessa oficina?

1. Apresentar os resultados das caminhadas exploratórias realizadas nos Municípios parceiros dos dois Grupos Regionais (mapeamentos locais de áreas de risco para as mulheres pré-realizados).
2. Capacitar os participantes sobre os princípios do planejamento urbano para a segurança das mulheres e sobre os passos para a implementação dos resultados das caminhadas exploratórias.
3. Orientar os Grupos de Trabalho para a elaboração dos Relatórios Locais de Proposição de Políticas de Segurança para as Mulheres nos Espaços Públicos.

Quais os principais resultados esperados?

1. Áreas de risco para as mulheres mapeadas nos 10 Municípios parceiros por meio da realização das caminhadas exploratórias e apresentação dos resultados sistematizados.
2. Participantes capacitados sobre os passos para a implementação dos resultados levantados, principalmente sobre a necessidade de incidir junto ao governo local para a implementação das propostas trabalhadas.
3. Relatórios Locais de Proposição de Políticas de Segurança para as Mulheres nos Espaços Públicos concluídos nos 10 Grupos de Trabalho (GT).



TEMAS DE APOIO À OFICINA

1. O QUE É SEGURANÇA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS?

A crescente violência urbana afeta a qualidade de vida de toda a população, mas é vivenciada pelos homens e pelas mulheres de maneira diferente. As mulheres correm um risco muito maior de serem vítimas de crimes nas ruas das cidades, principalmente de assaltos e sequestros. Além disso, sofrem também o grande peso do medo do estupro e dos diversos tipos de assédios sexuais que podem sofrer.

Quando falamos em segurança das mulheres nos espaços públicos, estamos nos referindo ao seu direito de transitar e usufruir das cidades sem medo e sem violência. As consequências da insegurança nos espaços urbanos têm efeitos muito mais negativos na vida das mulheres. Mudanças de trajetos e rotinas devido ao medo de transitar em alguns lugares em determinadas horas, muitas vezes, acabam privando as mulheres de direitos básicos, como estudo, trabalho e lazer.

Segurança significa não só uma vida livre de VIOLÊNCIA, mas também livre do MEDO da violência.

A maioria das mulheres se sente insegura quando anda nas ruas, atravessa parques, sai tarde do trabalho, espera no ponto de ônibus, estaciona o carro em local distante. Especialmente à noite, as mulheres ficam permanentemente preocupadas com sua segurança e buscam evitar riscos. O medo do espaço público acaba limitando a liberdade das mulheres de usufruir da cidade, de se mover em segurança e de concretizar diversos tipos de planos e necessidades. Em razão de uma maior vulnerabilidade, tornam-se alvos da exclusão social.

Diante disso, é essencial trabalharmos para conquistar a visibilidade e o reconhecimento do problema relativo à limitação da mobilidade de mulheres e meninas. É muito importante que os poderes públicos planejem o espaço público com foco no gênero. É necessária a discussão sobre planejamento urbano que inclua os direitos e a percepção das mulheres como sujeitos-chave no processo de construção da igualdade social.

Incorporar as necessidades específicas das mulheres no planejamento do espaço público desde a primeira etapa da sua formulação pode resultar em menores custos e na aplicação do princípio da prevenção. No entanto, como veremos adiante, também é possível intervir nos espaços existentes a partir de modificações simples, as quais não requerem grandes investimentos econômicos.



2. OS SEIS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO URBANO PARA A SEGURANÇA NA CIDADE¹

A cidade de Montreal, no Canadá, estabeleceu uma série de critérios a serem seguidos no planejamento urbano com vistas a obter maior segurança nos espaços públicos. Esses seis princípios foram adotados pelo Programa Regional Mulheres Seguras e incorporados como orientadores da lista de controle das caminhadas exploratórias,² que têm como objetivo mapear áreas de insegurança para as mulheres nas cidades.

PRINCÍPIO 1: Saber aonde está e aonde vai (sinalização)

Esse princípio aponta para a necessidade de melhorias na orientação geral de uma pessoa no ambiente físico, a partir de elementos visuais.

A sinalização deve ser:

- clara, precisa e estrategicamente situada;
- uniforme para facilitar a compreensão.

PRINCÍPIO 2: Ver e ser visto

O desenho dos espaços urbanos deve permitir ser visto e poder ver. Um lugar visível e bem iluminado aumenta a percepção de segurança dos habitantes e, em consequência, aumenta a própria frequência dos habitantes a esse lugar.

O princípio da visibilidade implica:

a) iluminação adequada: principalmente no horário noturno, com distribuição equitativa dos postes de iluminação;

b) controle de esconderijos: eliminar barreiras visuais capazes de permitir o isolamento de pessoas e promover atividades sociais nas imediações;

c) ampliar o campo de visão: eliminar barreiras visuais como tapumes em construções, e ampliar o campo de visão com iluminação ou outros dispositivos possíveis, bem como com o próprio desenho do espaço;

d) controlar os deslocamentos previsíveis: planejar sempre caminhos alternativos, boa iluminação e visibilidade em vias de circulação que não oferecem caminhos alternativos.

¹ CENTRO DE INTERCAMBIO Y SERVICIOS CONO SUR, ARGENTINA (CISCSA). Ferramentas para a Promoção de Cidades Seguras a partir da Perspectiva de Gênero. Córdoba, Argentina: Letras Gráficas, dez., 2007.

² Ver Lista de Controle no Anexo do Guia de Trabalho da Oficina 1 - Projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres.



PRINCÍPIO 3: Ouvir e ser ouvido

A ausência de pessoas nos espaços públicos constitui um fator agravante da insegurança e da violência. Lugares mais frequentados permitem uma menor possibilidade de violência contra as mulheres, pois a existência de outras pessoas no espaço público possibilita uma ajuda potencial quando se está em perigo.

Nesse sentido, é importante:

- promover a diversidade de uso dos espaços com residências, comércios, recreação, cultura etc.;
- prover instalações desportivas, bebedouros, banheiros públicos e telefones em praças e parques;
- realizar eventos sociais e culturais nas ruas, nas praças e nos parques, especialmente nos horários noturnos.

PRINCÍPIO 4: Poder escapar e obter auxílio. A vigilância formal e o acesso à ajuda

A possibilidade de encontrar ajuda rapidamente está relacionada tanto à vigilância formal direta (guardas de segurança pública) quanto à indireta, ou seja, a observação das próprias pessoas presentes.

Este princípio implica:

- distribuir telefones públicos em espaços de grande extensão;
- indicar os lugares e a distância de onde é possível encontrar ajuda em metrô, parques, pontos de ônibus, entre outros;
- indicar as horas de abertura e fechamento dos comércios (essa medida permite às mulheres localizar, de forma preventiva, os lugares onde podem buscar auxílio);
- colocar um mapa de orientação na entrada e no interior dos parques e dos edifícios, com informações sobre os serviços de segurança próximos;
- garantir a vigilância regular nos espaços públicos, por meio de guardas municipais, polícia militar ou outro tipo de vigilância.

PRINCÍPIO 5: Ambientes limpos e acolhedores. Planejamento e manutenção dos lugares

Um espaço público acolhedor estimula o seu uso por parte das pessoas e evita que seja alterada a função à qual se destina (recreativa, por exemplo).

Quanto ao planejamento e à manutenção, é possível:

- destinar um uso social aos espaços abandonados (hortas comunitárias, recreação comunitária);
- planejar calçadas, faixas, passagens e ruas de modo que sejam formadas redes acessíveis aos pedestres;



- desenhar as rotas do transporte público e as suas paradas de modo que estejam próximas dos lares, centros de saúde, escolas etc.;
- planejar os lugares públicos a fim de favorecer os encontros e as atividades sociais;
- manter o espaço público, reparando o patrimônio depredado;
- cuidar da higiene e da limpeza do espaço público;
- promover a manutenção de terrenos privados e das edificações por parte de seus proprietários e/ou da comunidade.

PRINCÍPIO 6: Atuar em conjunto. A participação da comunidade

Este princípio aponta para a necessidade de se consultarem, como primeira instância, os cidadãos e as cidadãs nos processos de planejamento dos bairros e das cidades. A participação da população no processo de desenho, gestão, uso e manutenção dos espaços públicos é uma premissa que permite garantir em maior medida as diferentes necessidades de homens e mulheres de idades diversas, bem como contribuir para a segurança dos lugares. A participação da comunidade é o que permite a sustentabilidade de qualquer projeto de intervenção no campo da segurança urbana. Do mesmo modo, é de interesse a realização de atividades de consulta pública sobre a intervenção no território, por parte das instituições especificamente encarregadas da segurança urbana.



3. PARA QUE SERVEM AS AUDITORIAS DE SEGURANÇA DAS MULHERES?

A técnica de auditoria de segurança das mulheres foi originalmente desenvolvida no Canadá, no final da década de 1980, pelo *Metropolitan Toronto Action Committee on Violence Against Women and Children* (METRAC)³. Trata-se de uma metodologia para mapear espaços públicos e identificar características físicas e sociais que tornam esses lugares inseguros ou seguros para as mulheres.

As auditorias são feitas por meio de **caminhadas exploratórias** realizadas por um grupo de mulheres que, a partir de suas percepções e experiências, vão identificar fatores de risco nos territórios percorridos e incidir politicamente junto aos poderes públicos para a conquista das mudanças necessárias. Trata-se de uma forma de reconhecer as mulheres como agentes ativos de suas comunidades e como protagonistas na construção e/ou transformação de seus contextos de vida.

As mulheres são “*experts*” na identificação de fatores que aumentam a sua segurança. Elas têm coisas muito importantes para dizer aos responsáveis pelo planejamento urbano. Então vamos ouvi-las! Mudanças no desenho dos espaços públicos não vão eliminar completamente os crimes sexuais e outros tipos de ataques que as mulheres sofrem, mas vão diminuir os riscos e aumentar o acesso das mulheres aos meios urbanos, possibilitando maior participação na vida coletiva, no trabalho, nos estudos e no lazer.

As auditorias de segurança são um complexo processo que deve ser seguido de acordo com os passos descritos a seguir.

3 Comitê Metropolitano de Toronto de Ação em Violência contra as Mulheres e Crianças (tradução livre).



Passos essenciais para a realização de uma auditoria de segurança:

🔑 **Passo 1 – Organização**

O processo de organização de uma auditoria de segurança envolve a escolha do lugar em que será realizada a caminhada exploratória, bem como a definição de dia e horário dos trabalhos. Se deve optar pela auditoria em áreas do Município que ofereçam maior insegurança para as mulheres.

👤 **Passo 2 – Recrutamento dos participantes**

As caminhadas exploratórias devem ser realizadas por grupos de até 10 pessoas, com representantes da sociedade civil e do governo local. É importante também a participação de moradores da comunidade que está sendo auditada, a fim de que eles compartilhem percepções e observações específicas sobre a região em que habitam.

📁 **Passo 3 – Preparação das ferramentas de apoio**

Lista de controle (checklist): As caminhadas se realizam com o apoio de uma lista de controle que traz os elementos a serem observados no espaço urbano: sinalização, iluminação, esconderijos, facilidades de transporte ou de acesso, obtenção de ajuda, fluxo de pessoas em diferentes horários do dia e manutenção dos lugares.

Mapa de georreferenciamento: É necessário obter um mapa do território a ser percorrido, para assinalar os locais exatos que oferecem maior insegurança para as mulheres (pontos de controle). O diagnóstico com georreferenciamento é um instrumento metodológico e técnico que permite identificar, analisar, ordenar e visibilizar problemas, carências, recursos e particularidades de um território. Essa técnica geográfica permite que as mulheres, de uma maneira didática e lúdica, reconheçam e apropriem-se do território que habitam, assinalando e priorizando locais com ocorrência frequente de violência de gênero no espaço público.

Máquina fotográfica: É muito importante, durante a caminhada, registrar imagens fotográficas dos principais pontos de insegurança ou segurança para as mulheres.

🚶 **Passo 4 – Realização da caminhada exploratória**

Momento em que o grupo de pessoas recrutadas caminha pelo território escolhido para identificar as áreas e os fatores de maior insegurança para as mulheres, tomando como base os princípios de planejamento urbano presentes na lista de controle. É importante também identificar fatores que propiciam sensação de segurança para as mulheres.

🔄 **Passo 5 – Organização dos resultados**

Discussão dos participantes sobre as informações levantadas nas caminhadas, compilação de observações importantes e organização das ferramentas de apoio (lista de controle, mapa e fotos).



Passo 6 – Elaboração de recomendações

Análise dos resultados colhidos na caminhada exploratória e elaboração de uma lista de recomendações capazes de resolver ou mitigar os problemas encontrados. O grupo deverá formalizar um relatório de identificação de problemas encontrados e elaboração de propostas para tornar a área auditada mais segura para as mulheres. A classificação das propostas seguirá os eixos de ação segundo os princípios de planejamento urbano para cidades seguras.

Passo 7 – Incidência política (advocacy)

Os resultados das caminhadas devem ser compartilhados com a comunidade e com o governo local, para que gerem as intervenções necessárias nos espaços públicos. Estratégias como a incidência política ou advocacy, negociações e formação de alianças devem ser usadas para conseguir a implementação das recomendações traçadas nos relatórios de proposição de políticas de segurança para as mulheres, de forma a promover e defender o direito a cidades seguras e livres de violência contra as mulheres. O ideal é que membros do governo local responsáveis pelas pastas de planejamento urbano já estejam envolvidos no processo geral das auditorias, para facilitar a chegada das propostas até o governo local e garantir um compromisso de retorno.

O grupo deverá entregar todo o material produzido durante a auditoria (lista de controle, mapas, fotos e relatório de propostas) para as autoridades competentes e negociar quais são as propostas mais urgentes de serem realizadas. É importante também promover a elaboração de um pacto de compromisso com o(a) prefeito(a) ou com as autoridades responsáveis pelos setores de transformação urbanística.

Passo 8 – Implementação das propostas

Na medida em que as mulheres exercem seu papel de cidadãos de forma organizada e incidem para influenciar e fazer pressão social para a tomada de decisões junto às instâncias de poder para a formulação e implementação de políticas e programas públicos para a segurança das mulheres, estão começando a exercer seu próprio poder como sociedade civil. A fase de implementação das propostas é muito importante e significa que o grupo foi realmente ouvido e que o governo local assumiu o compromisso pela mudança.

Passo 9 – Monitoramento

As intervenções de segurança estão sendo concretizadas e é preciso monitorar os trabalhos realizados de modo a garantir sua conclusão e verificar se as recomendações foram realmente capazes de provocar a redução dos fatores de insegurança nos locais auditados. Caso o compromisso não esteja sendo cumprido, mantenham a pressão e a incidência sobre os órgãos responsáveis para garantir a concretização das mudanças assumidas.

DESENVOLVIMENTO DA OFICINA

PARTE I – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS CAMINHADAS EXPLORATÓRIAS

Os Grupos de Trabalho dos Municípios Parceiros do Projeto Mulheres Seguras já cumpriram os Passos 1, 2, 3 e 4 do processo de realização de uma auditoria de segurança. Agora é o momento de discutir e apresentar a todos os participantes da oficina os resultados colhidos com as caminhadas exploratórias previamente realizadas.

Apresentação:

Cada Município terá 30 minutos para apresentar as seguintes informações:

- **Descrição da área auditada:** informar o nome do bairro em que a caminhada exploratória foi realizada, localização no Município, principais características sociais e econômicas do território e motivo da escolha.
- **Informações sobre a caminhada:** informar quais foram os participantes da caminhada e setores que representam (governo, sociedade civil, segurança pública, legislativo, privado), bem como horário de realização da caminhada.
- **Apresentação dos fatores de insegurança para as mulheres encontrados na área auditada, com descrição comentada das ferramentas de apoio utilizadas:** projetar no telão a lista de controle preenchida, o mapa ou croqui com as áreas de risco assinaladas e as fotos dos locais percebidos como inseguros no perímetro percorrido.



PARTE II – METODOLOGIA PARA A FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS

A partir do diagnóstico de áreas de insegurança para as mulheres realizado com as caminhadas exploratórias, os Grupos de Trabalho de cada Município Parceiro devem agora se reunir para preencher o relatório de propostas de intervenções nos espaços públicos para resolução dos principais problemas encontrados.

Esse é o **Passo 6** e trata-se de um processo de deliberação muito importante em que o grupo de líderes participantes de todas as fases da auditoria vão pensar nas formas de se transformar as áreas observadas e garantir a superação ou a redução da violência contra as mulheres nos espaços públicos.

Também foram convidados para esta oficina representantes das Secretarias Municipais de Planejamento Urbano e outras pastas relacionadas ao tema (obras, infraestrutura, entre outras). O objetivo da presença desses atores e atrizes específicos é o fortalecimento e a facilitação do elo com a prefeitura para a implementação das propostas trabalhadas durante a oficina. Eles também poderão orientar os Grupos de Trabalho no momento do preenchimento dos Relatórios de acordo com seus conhecimentos técnicos.

Com base na lista de controle e nos mapas, esse é o momento de refletir sobre as percepções de risco observadas nas caminhadas e fazer recomendações aos órgãos públicos responsáveis. Por exemplo, se o território percorrido identificou problemas com iluminação, então a recomendação deverá ser a instalação de iluminação pública mais eficiente, mencionando sempre o endereço exato dos pontos de controle mais problemáticos. Se foram identificadas áreas muito isoladas e sem segurança, a recomendação pode ser a implantação de espaços de uso social nos locais abandonados, como quadras de esporte, praças, academias e projetos comunitários. Se foi encontrada uma praça abandonada com usuários de drogas, pode-se recomendar a reforma do local, o encaminhamento dos usuários de drogas para programas assistenciais e a instalação de feiras públicas na praça.

Trabalho em Grupo

Cada Grupo de Trabalho Municipal se reunirá para discutir sobre os principais problemas encontrados nas caminhadas exploratórias e sobre os caminhos que o governo municipal poderá adotar para enfrentá-los (propostas).

Vejam a seguir o modelo de **Relatório de Proposição de Políticas de Segurança para as Mulheres nos Espaços Públicos** que os Grupos de Trabalho deverão preencher. Sejam criativas e assertivas na hora de propor as soluções! O governo municipal precisa de ideias eficientes, inovadoras e viáveis, mas que não tenham um custo muito alto!

Encaminhamentos

Agora chegamos ao **Passo 7** da nossa auditoria! Após a conclusão dos Relatórios, é hora de realizar a **incidência política (advocacy)**. Juntem todos os documentos produzidos no processo de auditoria de segurança realizado no seu Município (lista de controle, mapas assinalados, fotos impressas e Relatório de Proposição



de Políticas de Segurança para as Mulheres nos Espaços Públicos), façam uma pasta e marquem uma reunião com o(a) prefeito(a) e os(as) secretários(as) de pastas relativas ao planejamento urbano.

É necessário **defender a importância da implementação das recomendações** traçadas nos relatórios de proposição de políticas de segurança para as mulheres, de forma a promover um Município mais seguro para as mulheres e para toda a população. Negociem a implantação das propostas prioritárias e mais urgentes e firmem um termo de compromisso com as autoridades responsáveis. Vejam modelo de Termo de Compromisso anexo. Utilizem também estratégias de comunicação para que as reivindicações cheguem à comunidade e se tornem conhecidas.

Após a conquista do compromisso da prefeitura em realizar as propostas, não se esqueçam dos **Passos 8 e 9**. É muito importante **acompanhar a implementação das intervenções urbanísticas** no local auditado e **monitorar** os trabalhos que estão sendo realizados de modo a garantir sua conclusão e verificar se as recomendações foram realmente capazes de provocar a redução dos fatores de insegurança detectados.

Como já dissemos antes, caso o compromisso não esteja sendo cumprido, mantenham a pressão e a incidência sobre os órgãos responsáveis para garantir a concretização das mudanças assumidas!



RELATÓRIO DE PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA AS MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS*

Município:

Área auditada:

Data da caminhada exploratória:

EIXO 1 – VER E SER VISTA (VISIBILIDADE)

Iluminação pública: as ruas são bem iluminadas?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

Existem locais que podem ser usados como esconderijos?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

* Este formulário será enviado aos GTs em formato Word para digitação do texto trabalhado na oficina.



Existem locais onde as mulheres sofrem mais assédio sexual (bares com mesas externas, pontos de ônibus/paradas, construções, entre outros)?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

Existe algum local mais perigoso onde seja mais frequente a ocorrência de crimes (assaltos, estupros, sequestros, entre outros)?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

Becos sem saída: Todos os caminhos possuem rotas alternativas?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução



Locais abandonados (praças, construções, ginásios/quadras esportivas, entre outros)?		
Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

EIXO 2 – ESCUTAR E SER ESCUTADA

2.1 Uma pessoa pode ser escutada em caso de agressão ou violência?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

EIXO 3 –VIGILÂNCIA FORMAL E ACESSO À AJUDA

3.1 Existe patrulhamento da polícia militar, guarda municipal ou empresas de segurança no local auditado?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução



5.2 Foi observado algum patrimônio público intencionalmente destruído (placas, praças, pontos de ônibus, entre outros)?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

EIXO 6 – TRANSPORTE PÚBLICO

6.1 Se existir transporte público servindo a área auditada, foi possível detectar algum problema relacionado a pontos de ônibus, frequência do serviço, condição e segurança dos ônibus?

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução

OUTRAS OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Problemas encontrados	Localização exata	Proposta de solução



Anexo

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

Conforme caminhada exploratória realizada no Município de (nome) pelo Grupo de Trabalho do projeto *Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres*, do qual somos parceiros, foi identificada uma série de fatores que influencia a segurança das mulheres no (nome do local auditado) e limitam seu direito de transitar livremente e sem medo pelo Município.

Diante disso, assumimos os compromissos listados abaixo e nos comprometemos a implementar essas ações no prazo de (número) meses.

Ação de transformação	Data de implementação	Autoridade ou órgão responsável	Pessoa de contato

Nome do Município, data e ano.

Assinaturas das autoridades competentes.



Bibliografia

ASOCIACIÓN PARA LA VIVIENDA POPULAR – AVP. *Manual de formación y gestión local para ciudades sin violencia hacia las mujeres*. Programa Regional Ciudades sin Violencias hacia las Mujeres, Ciudades seguras para todos y todas. Red Mujer y Hábitat LAC . Bogotá, 2012.

RAINERO, L.; RODRIGOU, M.; PÉREZ S. *Ferramentas para a Promoção de Cidades Seguras a partir da Perspectiva de Género*. CISCOSA – Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur, Argentina. Argentina, Córdoba: Letras Gráficas, dez., 2007.

RED MUJER Y HABITAT AMERICA LATINA; CISCOSA. *Caminando do nuestros barrios: construyendo ciudades sin violencia*. Material de capacitación para vecinas y vecinos para realizar diagnósticos participativos de su barrio que permitan mejorar su habitabilidad y la convivencia social. Córdoba, octubre 2008.

WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL. *Women's Safety Audits: What Works and Where?* UN-Habitat, Safer Cities Programme, September, 2008.

_____. *A Handbook on Women's Safety Audits in Low-income Urban Neighbourhoods: A Focus on Essential Services*. Jagori, Índia: November 2010.

WOMEN'S INITIATIVES FOR SAFER ENVIRONMENTS. *Women's community safety audit guide. Safety for Women, Safety for everyone, Let's act on it!* Ontario, Canadá, 2005.

* Todas as publicações citadas acima estão disponíveis na internet.





Projeto financiado
pela União Europeia



Projeto executado
pela CNM